

É PRECISO EDUCAR O POVO! A INFLUÊNCIA DA AÇÃO MISSIONÁRIA PROTESTANTE NA EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA (SÉCULO XIX)

Na influência do pensamento protestante na ideologia de caráter liberal que se implantou no Brasil no século XIX, ainda mais fortemente após a República, há que se observar que, ao expandir e assumir uma política externa mais agressiva, o capitalismo norte-americano utilizaria como suporte os ideais liberais, divulgando não só o pensamento, mas o estilo de vida, a visão de mundo, a postura ética e os hábitos de trabalho e de poupança característicos de uma cultura que se alicerçava sobre tais valores, principalmente após a guerra civil, o que seria principalmente popularizado nos países campo de missão através das igrejas e das instituições escolares, que eram criadas para evangelizar a população e assim divulgar mais rapidamente esses valores.

O contexto histórico que o Brasil atravessava propiciou a entrada e a veiculação do protestantismo, representando uma renovação ideológica no campo religioso após mais de trezentos anos de domínio absoluto do catolicismo. Este, embora estruturado como um catolicismo de aparências desde a Colônia, em que os comportamentos políticos e morais, não necessariamente de acordo com os princípios religiosos cristãos, se sucediam sob os olhos complacentes do clero, devidamente acobertados pelos ritos da absolvição, a presença da religião católica na vida social e política brasileira sempre foi importante e sob suas vistas se impuseram reformas e se ditaram regras educacionais, nas quais o modo de ser americano se mesclava com um desejo mal disfarçado de imitar a grande nação que se impunha sobre o novo cenário internacional que se projetava para o século XX.

Quando os protestantes aportaram no Brasil com a tarefa específica de divulgar o Evangelho, encontraram um país com uma cultura que apresentava elementos favoráveis à sua implantação, mesmo considerando-se as inevitáveis e esporádicas perseguições levadas a efeito pelo clero católico e pelos segmentos conservadores aliados da Igreja, que viam o protestantismo como uma ameaça. Os diversos grupos missionários que começaram a chegar a partir do final dos oitocentos foram precedidos por outros grupos protestantes pertencentes às Sociedades Bíblicas Americanas e Britânicas, que abriram espaço para os demais, como os metodistas, os presbiterianos, os congregacionais, os batistas e os

episcopais que consideravam a religião evangélica como uma alternativa à religião oficial adotada até então no país. O movimento ocorreu em meados do século XIX, quando colônias estabeleceram-se em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pará, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná, entre outros.

O clero católico, com sacerdotes ausentes ou distantes, rezava a missa em latim e nunca houve a preocupação de se educar o povo, nem de disseminar a leitura da Bíblia, privilégio dos padres e de alguns poucos letrados. Portanto, os primeiros missionários protestantes, ao se infiltrarem pelo sertão, pregavam o Evangelho e ensinavam hinos para serem cantados em reuniões familiares, faziam amigos entre os moradores da província, preparando assim o terreno para a nova religião e, através dela, para um ideal de vida diferente do até então adotado pelo povo, o qual, segundo eles, viviam afastados da verdadeira fé e não professavam valores cristãos.

Em maio de 1859, a Assembléia Geral da Igreja Presbiteriana¹ nos Estados Unidos aprovou o Relatório encaminhado pela Junta das Missões Estrangeiras radicada em Nova Iorque, onde constavam as informações dos primeiros missionários que vieram para o Brasil que descreviam o país como terreno fértil para a implantação do protestantismo. Justificavam que o território vasto, a população relativamente pequena, o clima saudável e os recursos inexplorados, além de um governo liberal faziam do Brasil uma nação de grande potencial para um dia ser uma das mais importantes do mundo, sendo conveniente envidar esforços para introduzir no país princípios religiosos corretos, uma vez que o clero era omissivo e seus representantes não primavam pela moralidade, dando péssimos exemplos ao povo. A aprovação do relatório fez com que a Junta das Missões Estrangeiras nomeasse o Reverendo Ashel Green Simonton para fundar igrejas e pregar o Evangelho, alicerçando o futuro do protestantismo no país através do ramo presbiteriano ao qual reportarei de agora em diante com maior ênfase, dado que as grandes escolas paulistas nele tiveram sua origem. Simonton desembarcou no Rio de Janeiro em 1859, onde criou a Igreja Presbiteriana e no ano seguinte viajou para São Paulo, embrenhando-se pelo interior da província onde sempre era bem recebido pelos brasileiros, conforme atestam suas cartas e relatórios à Junta. Nas viagens pelo interior constatou o abandono cristão e educacional da

¹ Escolhi para ilustrar este trabalho o ramo do protestantismo presbiteriano por este ter tido uma maior representatividade em São Paulo e nas vilas do interior, embora os demais ramos também tenham fundado suas igrejas e suas escolas.

população em geral e em especial dos protestantes imigrados que não podiam casar-se, batizar seus filhos ou enterrar seus mortos nos cemitérios dado que o que vigorava eram os preceitos católicos, onde os rituais protestantes eram proibidos.

Os imigrantes alemães e ingleses que chegavam corriam o risco de não terem seu casamento reconhecido ou a prole considerada legítima se este não tivesse sido realizado nas igrejas católicas o que, inclusive, era um fator dificultador para a imigração. Durante sua passagem pelo interior Simonton verificou que nas diversas vilas havia alemães protestantes que necessitavam de um pastor e a Junta, a seu pedido, contratou o Reverendo Christopher Scheneider, alemão naturalizado americano que chegou a São Paulo em 1861. Daí deslocou-se para Campinas e depois Limeira, indo se fixar em Rio Claro que na época contava com aproximadamente 2500 habitantes, entre esses, muitos imigrantes suíços e alemães que vieram trabalhar nos cafezais, substituindo a mão de obra escrava.

A ação educativa missionária de Tomaz Davatz em Rio Claro

Rio Claro transformou-se em um local por excelência da propagação das idéias protestantes no interior paulista e a vila um centro de afluência dos demais missionários. Esses homens veicularam novos valores morais e éticos, além de introduzirem ideais democráticos e liberais que abraçavam em seu país de origem, muitas vezes influenciando comportamentos sociais e políticos de exploração de raça e classe, próprios da elite detentora do poder local, possuidora de uma mentalidade escravagista e dominadora. Um exemplo bastante esclarecedor é o que denominou-se *A saga de Davatz*, acerca de incidente político envolvendo uma rebelião de imigrantes europeus ocorrida na então Vila de São João do Rio Claro.

O suíço Tomaz Davatz viera como imigrante em 1855 e se radicara na Fazenda Ibicaba de propriedade do Senador Vergueiro, influente político local, junto com a leva de europeus em busca de trabalho nas extensas plantações de café, onde passou a trabalhar na lavoura. Homem com alguma cultura, constatou a extrema ignorância em que viviam os filhos dos imigrantes e começou a lecionar primeiras letras em alemão para crianças e jovens, assumindo também as funções de pastor. Muito preocupado com o estado de ignorância dos colonos e sua ausência das lides religiosas, costumava registrar suas observações em um diário onde assinalava: *“Existem, com efeito, escolas nas cidades, mas de pouco adiantam. Igrejas ricamente adornadas também é coisa que não falta; o serviço*

religioso, no entanto, é pouco mais do que uma estridente música instrumental, uma cerimônia sem vida em que se administra o Santíssimo Sacramento segundo o rito católico. O ensino religioso mal se faz e, na opinião das pessoas informadas, os padres são tão incultos quanto indignos, especialmente no que se refere à castidade.” (Davatz, 1980: 75).

Davatz entrou em acordo com a administração da fazenda para abrir uma escola para as crianças, cujo mestre receberia cinquenta mil réis por ano e onde cada aluno deveria concorrer com a quantia mensal de trezentos e vinte réis. A escola foi inaugurada em outubro de 1856, funcionou a espaços até 1857 tendo uma existência precária até janeiro do mesmo ano. Alguns colonos que não possuíam casa própria continuaram a morar no local reservado para a escola e Davatz teve de ceder parte de sua casa para as lições. Havia cento e oito alunos divididos em três classes aprendendo leitura, caligrafia, aritmética, canto e História Sagrada. O suíço se preocupava com a ignorância dos alunos para as letras e com a ausência de recursos de para ensinar, observando que também havia muitas diferenças na vida religiosa dos colonos católicos e protestantes: os primeiros podiam frequentar as igrejas nas cidades vizinhas que ficavam de meia hora a três horas de distância, para assistir missas, receber os sacramentos e sepultar os mortos em terra benta, o que era difícil para os não-católicos por não haver na Província pastores protestantes: *“os filhos de protestantes só podem ser batizados nas igrejas católicas das cidades. Os casamentos de protestantes não são celebrados em igrejas, mas apenas diante de funcionários civis, na presença de testemunhas escolhidas pelos noivos. Todos subscrevem um contrato onde figura como condição essencial e primeira, que os filhos que porventura venham a nascer do casal sejam educados na religião católica.”* (p.137)

Enquanto exercia o ofício de mestre-escola, Davatz também se envolveu diretamente na política imigratória, ao denunciar as condições de exploração de mão de obra a que estavam submetidos os trabalhadores imigrados, criando sérios problemas para os fazendeiros. Em 1856 foi expulso da fazenda Ibicaba após liderar uma revolta de imigrantes contra as más condições de trabalho e salário miserável, voltando para a Suíça em 1857 onde escreveu um livro denunciando o tratamento desumano dado aos colonos nas lavouras de café no Brasil, fato que causou um escândalo internacional de grande repercussão, dado que as autoridades consideraram que os maus tratos aos colonos não

eram apenas decorrentes do modo de agir e pensar dos fazendeiros, mas também fruto da postura oficial dos governantes do País.

Os missionários norte-americanos: a missão de ensinar e evangelizar

A partir de 1870, incentivada por um sistema político que, pelo menos teoricamente, oferecia liberdade de crença, a American Foreign Board, como se denominava a Junta Missionária de Nova York, assumiu a necessidade de enviar representantes do protestantismo e os missionários sentiram-se confiantes em virem para o Brasil, imbuídos da idéia de nessa terra alicerçarem sua igreja e divulgarem sua crença e ideologia. Essa atitude tinha paralelos com aquilo que acontecia no mundo todo nas Missões na Índia, na Austrália, na China entre outros e nos demais países da América Latina. Era o imperialismo em sua forma cultural que lançava seus tentáculos pelo mundo civilizado conhecido e plantava, pela via religiosa, as raízes de uma civilização que considerava-se o exemplo de um sistema político democrático que queria expandir-se como nação e divulgar e implantar seu modo de vida. Na obra missionária a educação impunha-se como um dos principais pontos a serem explorados, e as mudanças que se faziam prementes na sociedade brasileira, do ponto de vista protestante, não poderiam dar-se numa população ignorante e analfabeta, incapaz de exercer seus direitos de cidadania.

Para os missionários, a questão educativa era totalizante. Não consideravam que sua missão fosse apenas evangelizar e sua ação centrava-se no objetivo de educar indivíduos imbuídos da moral e da ética, do sentido de coletividade e da aspiração, sempre bem recebida entre os americanos, de dar os primeiros passos nos rumos da ascensão social. Isso significava uma concepção de vida que deveria ser divulgada junto aos nativos e que traduzia-se por uma fé inquebrantável na educação como articuladora de valores sociais tais como liberdade, democracia, solidariedade e responsabilidade individual. Nessa postura também havia um sentido de superioridade étnica em relação a um povo considerado atrasado e ainda imbuído do ranço clerical.

Por outro lado, havia por parte da população uma certa resistência em aceitar a ideologia protestante que pregava valores diferenciados, originados de um sistema capitalista que já havia avançado, e que em alguns momentos confrontava com o modo de ser dos da terra, embora houvesse conversões de brasileiros de todas as classes sociais. Nos finais do século XIX, os missionários americanos passaram a vir para o Brasil cada vez em

maior número, trazendo esposas e filhas que, posteriormente, viriam a incumbir-se do ensino nas escolas, enquanto os maridos divulgavam a doutrina aos nativos da terra e davam a necessária assistência espiritual aos que professavam ou viessem a adotar a fé protestante. Possuíam esses missionários a crença inabalável dos que sentem-se iluminados por Deus para espalhar sua palavra a todos que dela necessitavam e nisso encontravam forças para enfrentar todos os obstáculos. Também sentiam-se otimistas quanto ao resultado da causa abraçada, embora preocupados com os clérigos numerosos que exerciam considerável influência sobre a população inculta e analfabeta, tanto a respeito de suas atitudes como nos hábitos livres, em desacordo com a moral cristã.

Quando voltavam a São Paulo, depois de suas andanças pelo sertão visitando as pequenas vilas do interior das províncias que cresciam através da agricultura, escreviam seus relatórios à Junta nos Estados Unidos, contando do modo afável dos brasileiros, principalmente paulistas e cariocas, seus hábitos livres, as uniões não legalizadas, a tolerância e o respeito pela religião alheia. Portanto, impunha-se educar essa população inculta e devassa. Para isso, a criação de escolas se configurava como uma das mais significativas obras dos missionários. O analfabetismo reinante entre homens, mulheres e crianças era um obstáculo à conversão baseada na leitura da Bíblia, dificultando inclusive o progresso e ascensão social, idéia firmemente plantada pela corrente liberal capitalista. Imbuídos dessa crença, os missionários envidaram esforços para a criação de colégios onde pudessem se encarregar da educação dos brasileiros. Com o tempo, as escolas protestantes passaram a ser aceitas pelas famílias mais importantes em todo o País e era através da elite que se pretendia atingir a população em geral, formando líderes evangélicos que pudessem atuar na Sociedade.

As pequenas escolas paroquiais, nos moldes de *para cada igreja uma escola*, não seriam determinantes na ação educativa missionária, mas sim os colégios endereçados à classe média que, tanto na capital paulista como no interior, incorporava cada vez maior poderio econômico e intelectual. Uma educação liberal de acordo com os ideais norte-americanos, voltada para os interesses do capitalismo, seduziria as classes dominantes e os setores progressistas da sociedade brasileira atraídos por métodos pedagógicos e estilo de vida propagados nos colégios e estes prosperariam e seriam iluminadores do novo modo de

vida da elite brasileira e através dela, da população, pelo menos essa era a intenção não explicitada e diluída em intenções missionárias democráticas e universalizantes.

O artigo 5º da Constituição do Império indicava a tolerância religiosa, fosse esta de qualquer origem. Se isso motivou a vinda de missionários protestantes, também não há de se esquecer que a religião católica, pela união da Igreja e do Estado, era a única oficial e a lei de 1846 tornara seu ensino obrigatório nas escolas. Apesar dessa obrigatoriedade, isso nem sempre era cumprido e os professores de primeiras letras não tinham como norma seu oferecimento aos alunos. Alguns párocos costumavam insistir junto à população para que dessem condições aos seus filhos de receberem instrução e ensinamentos religiosos, porém isso também não parecia resultar em ações concretas.

O hábito dos missionários de chegarem até as casas, oferecerem bíblias de graça, ensinarem salmos, orações e hinos parece ter resultado mais eficiente do que a insistência dos párocos e a obrigatoriedade oficial do ensino religioso nas escolas. A possibilidade de se alfabetizarem e dessa maneira poderem ler a bíblia, o que não era possível no catolicismo, deve ter atraído a população provinciana para o protestantismo, embora se possa supor que nunca abandonaram totalmente as crenças da imagética católica e até mesmo da religião dos escravos e seus deuses.

Ensinando, evangelizando e divulgando a palavra do Senhor

Um dos primeiros propagadores do protestantismo no Brasil que se tem notícia foi o médico escocês, Dr. Robert Kalley que se estabeleceu no país em 1855, no Rio de Janeiro, exilado da ilha da Madeira por motivos de perseguição religiosa. O reverendo Ashbel Green Simonton também havia chegado primeiramente ao Rio, em 1859, por conta do aportamento dos navios, para depois deslocar-se para São Paulo e dali para o interior da província. Foi também nesse período que vieram ao país as principais missões. As primeiras preocupações dos missionários presbiterianos, quando chegaram ao país, foi a instalação de escolas e muitas delas eram de orientação presbiteriana.² No interior paulista instalaram-se as pequenas escolas paroquiais, no esquema referido de *uma escola para*

² Instituto Gammon (Lavras, 1869), Mackenzie College (São Paulo, 1870), Ginásio Evangélico Agnes Erskine (Recife, 1904), Instituto Ponte Nova (Wagner, 1906), Colégio Quinze de Novembro (Garanhuns, 1907), Instituto Cristão (Castro, 1915), Colégio Evangélico do Alto Jequitibá (Presidente Soares, 1923), Colégio Evangélico de Buriti (Buriti, 1924), Instituto José Manoel da Conceição (Jandira, 1928) e Colégio Dois de Julho (Salvador, 1928). (Ramalho, 1976: 81)

cada igreja, primeiramente em vilas como Botucatu, Rio Claro, Santa Bárbara, Brotas, Araraquara, Americana, entre outras.

Nos anos 70 do século XIX, chegou a Rio Claro o reverendo João Fernandes Dagama, calvinista exilado da ilha da Madeira, onde organizou a Igreja Presbiteriana e logo depois a Escola Americana. Em seguida foi para Araraquara onde erigiu uma igreja em 1873; voltando a Rio Claro, em 1877 fundou um internato e externato para órfãos que funcionou até 1886. As escolas fundadas por Dagama notabilizaram-se por darem um ensino considerado de boa qualidade e possuírem excelentes mestras. As mulheres eram as principais trabalhadoras nas escolas, de acordo com o ideal educativo norte-americano de alocar às professoras a responsabilidade de ensinar crianças, desde os anos iniciais dos oitocentos. Imbuído do mais autêntico fervor religioso, Dagama viajou por diversas cidades interioranas fundando igrejas e, sempre que possível, escolas. Havia que se efetivar a leitura da Bíblia e dessa forma receber a palavra de Deus. Era essa a principal aspiração dos missionários e para isso submeteram-se ao clima quente, sofreram perseguições, enfrentaram doenças, tiveram dificuldade de adaptação ao país e não foram poucos os que não resistiram e voltaram à pátria, ou morreram vitimados por moléstias, bem dentro do espírito de trabalho, perseverança e pregação, a ética protestante de que nos fala Weber (1980:211): *“Isto porque todos, sem exceção, recebem uma vocação da Providência Divina, vocação que deve ser por todos reconhecida e exercida. Essa vocação não é, como no luteranismo, um destino ao qual cada um deva se submeter, mas um mandamento de Deus a todos, para que trabalhem na sua glorificação.”*

Muitas escolas instalaram-se na região e ergueram-se ao lado das igrejas, em edifícios precários, sem carteiras ou lousas, tendo como principal material pedagógico os evangelhos e atenderam os filhos dos imigrantes e da população mais pobre. No interior, o preconceito contra os protestantes colocava algumas dificuldades em se atingir as classes melhor situadas economicamente. Aliás, para os abastados interioranos, enriquecidos com o plantio do café explorado pela mão de obra imigrante, colocar os filhos na escola pública era uma vergonha à qual não costumavam expor-se, o que não dizer então de colocá-los numa escola não católica?

A Igreja Católica somente viria a ter uma reação para recuperar o terreno perdido no campo educacional durante o Império, nas primeiras décadas após a República, com a

implantação de colégios católicos atendendo separadamente os dois sexos, em claro confronto com o princípio coeducativo divulgado pelos americanos protestantes. Apesar das idéias liberais e democráticas discutidas exaustivamente nos meios intelectuais nos Estados Unidos, desde as primeiras décadas do século XIX, acerca dos benefícios da coeducação para ambos os sexos, para as oligarquias paulistas não era agradável educar suas filhas ao lado dos rapazes e repudiavam esse sistema em nome de uma moralidade herdada dos colonizadores portugueses e fortemente ancorada no catolicismo.

Os protestantes conseguiram alicerçar-se no sistema educacional no tempo do Império, principalmente entre a população de baixa renda e os imigrantes europeus. Mas esse quadro principiaria a mudar com as idéias republicanas que nos finais dos anos 80 passaram a exercer sua influência nas mentes ilustradas do país, quando os ideais liberais e progressistas fariam com que as elites e setores da classe média voltassem seus olhos para o ensino protestante tão distanciado, em objetivos e métodos, da educação católica.

O reverendo Simonton havia sido professor de meninos em sua terra natal e tinha claro que a conversão passava pela leitura da bíblia, o que era inviável para uma população com alto índice de analfabetismo. Para ele, criar escolas era condição mais do que necessária para levar a bom termo a propagação da fé religiosa e para a evangelização do país que lhe dera acolhida. A cada grupo convertido nas vilas do interior, solicitava à missão que enviasse um professor ou pagasse o salário de algum mestre ali radicado que pudesse formar uma classe de primeiras letras. A abertura de escolas em lugares distantes da igreja, em dias de descanso religioso, *o sabbath*, também foi uma maneira de atingir uma parcela da população que se espalhava em pequenas vilas interioranas de difícil acesso e onde os representantes do clero não costumavam chegar. Para essa população, colocada em orfandade católica, a religião era bem vinda e possibilitava casamentos e batizados, além da devoção cotidiana. O que dizer de uma escola que ensinasse as primeiras letras à meninos e meninas até então completamente afastados da educação pública ou católica? Por isso os missionários dedicados à educação constituíam uma missão à parte, conforme pensamento da Junta de New York, e em suas mãos repousava o primeiro caminho para levar a palavra do Senhor à população ignorante.

As professoras missionárias: educar é trabalho feminino

Apesar da orientação norte-americana do final do século atribuir às mulheres a incumbência de educar a infância, muitas vezes os membros da Junta de New York manifestaram dúvida e preocupação quanto à possibilidade das missionárias ensinarem nesses lugares ermos do interior da província, pelas privações e riscos a que eram submetidos os evangelizadores. Porém também entendiam a necessidade de seu trabalho, já que para a importante tarefa educativa todos os recursos humanos deveriam ser aproveitados num país subjugado por um clero inepto e cheio de vícios, em desacordo com a moral cristã e a “*concepção do trabalho como vocação, como meio excelente, quando não único, de atingir a certeza da graça.*”(id:231).

A concepção de trabalho como vocação e de glorificação da palavra divina, de acordo com a ascese protestante, não poderia alijar o sexo feminino da sua realização, por mais difícil que este se apresentasse. Impedir as mulheres de trabalhar, ao contrário do espírito religioso católico, e ainda atrelado ao colonialismo lusitano que via o trabalho feminino como desairoso, seria, para os protestantes, impedir a exposição da vontade divina e as missionárias se constituíram nas principais educadoras das pequenas escolas paroquiais erigidas nas vilas ao lado das igrejas e também nas escolas maiores fundadas pelos missionários com verba da Junta dos Estados Unidos.

Em 1863 haviam chegado a São Paulo o reverendo Alexander Latimer Blackford³ e a esposa Elizabeth, respectivamente cunhado e irmão de Simonton. Vindos para substituir Schneider, haviam desembarcado no Rio de Janeiro em julho de 1860 onde foram recebidos por Simonton que os deixou trabalhando na Corte para deslocar-se para São Paulo. Na época, a cidade tinha poucas semelhanças com o Rio de Janeiro, havendo grande contraste entre as duas cidades. A Corte abrigava a família real sendo o centro administrativo do país e a vila paulista tinha pouco mais de vinte mil habitantes. O casal instalou-se em São Paulo, onde Blackford passou a ministrar cultos em inglês nas manhãs e de português nas tardes de domingo, celebrando também batizados e casamentos, além de sessões de estudo da Bíblia, ajudado pela esposa. Em pouco tempo ambos estavam enfrentando os sertões

³ A correspondência de Blackford com a Board os Estados Unidos e com pessoas de seu círculo de relações encontra-se arrolada na Coleção de Microfilmes Brazil Mission 1833-1890. As cartas são numerosas e referem-se muitas vezes à criação de escolas erigidas em prédios ao lado das igrejas nas cidades do interior, queixando-se freqüentemente da falta de verbas para mantê-las e da necessidade da população em instruir-se para conhecer o Evangelho e a verdadeira religião. A correspondência é em inglês, e manuscrita em ambos os lados do papel, o que dificulta bastante a leitura.

interioranos em busca de fiéis, e mesmo otimistas com a missão a eles confiada, preocupavam-se com os clérigos, algumas vezes hostis, assim como com parcelas da população que não viam com bons olhos uma religião diferente, assustando-se com a falta de higiene e as múltiplas doenças que grassavam entre o povo, a devassidão de costumes, as mancebias freqüentes, o paganismo das crianças e, pior ainda, não compreendiam a indiferença em relação à vida espiritual que a população expressava, tão em desacordo com seu modo de vida voltado para o total acatamento dos preceitos da sua religião.

Os missionários freqüentemente se surpreendiam com a ação dos padres católicos que agiam como mediadores do vínculo entre os homens e Deus, distribuindo absolvições em troca de pequenos favores, diferentemente dos protestantes que pregavam a relação direta com Deus sem a mediação dos pastores e assumiam uma atitude de austeridade perante a vida e a religião. Nesse enfrentamento com o poder divino não deveria haver lugar para deslizes ou negociações perante os pecados cometidos, residindo aí a síntese da diferença entre os dois grupos cristãos, o que impedia uma coexistência pacífica apesar de serem todos pertencentes à fé cristã, conforme já havia sido suficientemente provado com a Reforma. A criação de escolas ao lado das igrejas, que enfrentavam a proibição de erigir-se em torres para o alto como as católicas, ancorava-se na suprema missão do pastor presbiteriano que *“..devia, desde tempos remotíssimos, receber dos pais o compromisso de ensinar a criança a ler a palavra de Deus.”* (Ribeiro,1980:183). Nisso levavam vantagem do clero católico que utilizava-se de uma bíblia em latim, portanto inacessível para o povo, além da sua leitura ser privilégio apenas dos padres, devido ao fato de sua exiguidade e pouca divulgação entre os devotos. A bíblia protestante, era fartamente distribuída e circulava livremente pelos locais onde passavam os missionários, facilitando sua divulgação no país, mesmo entre a população inculta e analfabeta.

As dificuldades iniciais foram muitas e a área de atuação missionária permaneceu algum tempo restrita às pequenas escolas paroquiais no interior paulista. Apesar de notáveis avanços durante a República, e da separação Igreja e Estado, o protestantismo não conseguiu atingir a maioria da população, pois era muito forte o prestígio da Igreja Católica, cuja presença, na realidade, nunca saiu das relações simbólicas e do imaginário do povo, e continuava impregnando a sociedade e a política, em que pesem as restrições de

alguns segmentos mais intelectualizados e mesmo governamentais que a esta se opuseram nos diversos períodos.

Nas suas andanças pelo interior, o reverendo Blackford teria as mesmas preocupações que Simonton em relação à criação de classes escolares para os filhos dos convertidos. Ambos acreditavam que para o futuro das igrejas evangélicas no Brasil, oferecer escolas para essas crianças era um meio indispensável para conseguir fidelidade religiosa e atrair novos adeptos. Blackford considerava as mulheres excelentes mestras de crianças de ambos os sexos, diferindo do ideário católico que as tinha melhor talhadas para lecionar apenas para as meninas em vista do repúdio do catolicismo à coeducação.

Em 1864 chegou o reverendo George W. Chamberlain a São Paulo, vindo do Rio de Janeiro onde já havia fundado, juntamente com Simonton e Blackford, a primeira igreja Presbiteriana do Brasil, em 1862. No ano seguinte viajou pelo interior da província distribuindo bíblias e buscando adeptos para a fé protestante. Sua esposa começou a lecionar numa classe para meninas que montou na sala de jantar de sua casa. Dessa iniciativa surgiria o Mackenzie College que até hoje existe em São Paulo com o nome de Instituto Presbiteriano Mackenzie.

Mary Annesley Chamberlain veio com o marido para São Paulo em 1869. Era educadora de sólida experiência, conhecedora dos métodos pedagógicos americanos e preocupava-se com as crianças crescendo na ignorância pela ausência de meios para pagar seus estudos e com os protestantes vítimas de perseguição religiosa nas escolas, assim como os republicanos e defensores da abolição, os positivistas, liberais, discriminados por católicos e monarquistas. A sala de jantar de Mary Chamberlain em pouco tempo não mais comportava a grande afluência de alunos e tornou-se urgente encontrar um espaço maior para receber a todos. Em 1870 a Junta passou a enviar dinheiro para ajudar a manter a escola, que até então funcionava com os proventos do casal, dando autorização para que esta se estabelecesse num local maior. A escola mudou-se para uma casa de cultos e em 1871, começaram a chegar mais professores e professoras para ajudar nas aulas.

Outras escolas foram criadas em vários locais, tanto em São Paulo como nas outras províncias, sustentadas pelos pais dos alunos e por fundos da Missão. Foram tempos difíceis, de dinheiro escasso para os missionários, os gastos eram consideráveis e as escolas consumiam muito numerário, não sendo poucas as que fechavam por dificuldades

financeiras. Com a criação e funcionamento das escolas americanas, a prática protestante começava a erigir novos valores sociais tais como os pais investindo nas escolas, colaborando para pagar professores e ajudando os filhos sempre que possível, valorizando o trabalho das mulheres como educadoras e implantando a coeducação dos sexos.

Nesse período já havia grande número de mulheres trabalhando como professoras nas escolas protestantes. As mulheres e as filhas dos ministros chegavam acompanhando maridos e pais e ajudavam a levar a bom termo seu trabalho incumbindo-se de lecionar nas escolas levantadas junto às igrejas, não permanecendo ociosas, inclusive assumindo encargos de direção e organização das escolas. Essas mulheres, tanto as americanas, como as brasileiras convertidas que abraçaram seus propósitos educacionais, além da educação dos meninos e meninas, também empenharam-se na formação de novos quadros profissionais que pudessem dar continuidade ao seu trabalho em esfera local. Para isso investiram na criação de escolas que pudessem não só educar meninos e meninas, como formar professores e professoras para o Ensino Primário que em fins do século passava por tentativas de implantação e reforma em São Paulo.

A primeira Escola Normal na Província de São Paulo, criada pelo Poder Público em 1846, era o único estabelecimento do gênero destinado a formar professores. Dirigido apenas aos indivíduos do sexo masculino, teve pouca procura, chegando mesmo a permanecer fechada durante um certo período para reabrir em 1876 com classes também femininas. Na reforma do Ensino Primário e Normal efetivada por Caetano de Campos em 1890 e a criação das Escolas-Modelo e dos Grupos Escolares foi a americana Marcia Browne quem seria chamada para ajudar, juntamente com Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, que estudara nos Estados Unidos, ambas consideradas grandes conhecedoras do método intuitivo adotado nas escolas daquele país.

Caetano de Campos adotaria um princípio pedagógico liberal segundo o qual a educação deveria ser pública, gratuita, universal, obrigatória e laica e seu pensamento estava claramente inspirado nos ideais norte-americanos. Portanto, solicitar ajuda aos membros da Escola Americana e não aos dirigentes dos colégios católicos, estava coerente com seu modo de pensar e de acordo com uma tendência que se revelou no período de se voltar para o modelo norte-americano em substituição ao modelo europeu, principalmente o francês, ao qual os princípios educativos portugueses e brasileiros remetiam em busca de

inspiração. Assim, a contratação de Miss Browne e de D. Guilhermina, conhecedoras do método intuitivo, largamente difundido nos Estados Unidos, e que se dispunham a demonstrar o método na Escola Modelo da Escola Normal recém-reformada, vinha ao encontro de uma postura pedagógica que considerava o método a chave da renovação do ensino paulista. Há que se observar que as mulheres foram consideradas as mais indicadas para educar a infância, na adoção dos atributos veiculados pelos positivistas e republicanos. (Reis Filho, 1981:50).

Ao mesmo tempo, o trabalho feminino deixou de ser contingencial, ditado apenas pela vocação e missão tornando-se, no novo cenário econômico que se erigia, uma exigência frente aos tempos que corriam, não somente pela profissão em si, como em relação ao ingresso financeiro, importante para a família que também se transformava. Em contrapartida, o sistema coeducativo, ao pregar ensino igual para ambos os sexos, se confrontaria com os ditames católicos e com a natureza do povo brasileiro que ainda considerava as questões morais superiores aos apelos da modernidade. Nos anos 20 e 30 esse tópico mereceria destaque nos debates educacionais entre católicos e liberais, sendo, inclusive, palco de reivindicações das intelectuais feministas através da imprensa periódica.

Considerações finais

Em menos de cinqüenta anos, as cidades mais importantes do país tinham uma escola americana protestante com classes onde predominavam professoras, abertas aos filhos dos convertidos e aos setores interessados em proporcionar aos seus descendentes uma educação diferenciada da tradição católica e da ineficiência da escola pública de então, constituindo uma alternativa aos colégios internos católicos e competindo com as particulares. A obra educativa missionária havia dado seus frutos. Mas o futuro mostrou que a mentalidade católica sobrepujaria as inovações e essas escolas em breve fechariam suas portas perante a ofensiva da Igreja ao criar internatos e externatos para as filhas das oligarquias, inaugurando assim um novo período onde a educação católica iria novamente predominar sem a ameaça do protestantismo. Mas a educação protestante deixaria como legado a importância do trabalho das mulheres nos anos iniciais da escolarização de crianças, a necessidade destas serem educadas e terem acesso ao ensino superior, a inovação na organização escolar com a introdução do método intuitivo e da coeducação.

As décadas iniciais do século XX desenharam um novo panorama educacional com a retomada de poder do catolicismo conservador, inaugurando uma nova forma de colaboração entre Igreja e Estado. O Decreto de 30 de abril de 1931 determinaria que o ensino religioso (católico) voltasse a ser ministrado nas escolas públicas do País, maior reivindicação da Igreja desde a República. A Constituição de 1934, a Liga Eleitoral Católica, a ocupação do Governo por católicos, a ação coordenada dos bispos, tendo D. Sebastião Leme como líder, fortaleceriam ainda mais o catolicismo. Essa ofensiva resultaria na criação de colégios e cursos, publicação de livros e revistas, inauguração de livrarias e editoras, fundação de universidades, entre outras, fazendo novamente triunfar no Estado e no País o conservadorismo católico e a tradição luso-cristã.

Referências bibliográficas

- DAVATZ, T. *Memórias de um colono no Brasil*. São Paulo, Edusp, 1980
- MACKENZIE – 126 anos de ensino: valores acima do tempo. *Instituto Presbiteriano Mackenzie*. São Paulo, Prêmio, 1997.
- MICROFILME *Brazil Mission, 1833-1911*, rolo n. 149. Rand Corporation, Estados Unidos, 1996.
- RAMALHO, J.P. *Prática educativa e sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.
- REIS Filho, C. dos. *A educação e a ilusão liberal*. São Paulo, Cortez, 1981.
- RIBEIRO, B. *Protestantismo e Cultura Brasileira: aspectos culturais da implantação do Protestantismo no Brasil*. São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1981.
- WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. *Os Pensadores*. São Paulo,
-